

CESIT

CENTRO DE ESTUDOS
SINDICAIS E DE
ECONOMIA DO TRABALHO



PROJETO DE PESQUISA
Subsídios para a discussão sobre a reforma trabalhista no Brasil
(CESIT/IE/UNICAMP)

Texto para discussão Nº 6
“Desigualdade e Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho”

EQUIPE RESPONSÁVEL

Carolina Troncoso Baltar (coordenadora)
Lilian Nogueira Rolim

Campinas, outubro de 2017.

RESUMO EXECUTIVO

O objetivo deste estudo é analisar a desigualdade no mundo do trabalho, focando nos segmentos de trabalhadores assalariados com menor grau de instrução e qualificação profissional, localizados em ramos produtivos com menor organização e força dos sindicatos, em regiões mais pobres e com níveis mais elevados de desemprego e informalidade, bem como em segmentos de trabalhadores assalariados melhores inseridos em termos de sua maior qualificação, maior poder de influência, desenvolvendo atividades com maior autonomia ou mais articulados com os interesses da burocracia dirigente das empresas.

Foca-se no terceiro trimestre do ano de 2014 para retratar a estrutura do mercado de trabalho antes da recessão econômica. A taxa de desemprego foi de 6,8% neste trimestre, refletindo uma melhora dos indicadores do mercado de trabalho que ocorreu a partir de 2004. Quando analisamos os ocupados separando os assalariados dos não assalariados, notamos, mais claramente, que há problemas no mercado de trabalho, considerando que apenas 70% dos ocupados são assalariados. O peso dos assalariados é maior no caso das mulheres, pois o homem adulto, que começava a trabalhar muito jovem, era expulso do mercado de trabalho quando se tornava adulto, sendo substituído por um trabalhador mais jovem. A diferença por sexo no peso dos assalariados na ocupação total é maior quanto maior a idade.

Os assalariados englobam uma diversidade alta de tipos de ocupação localizados em diferentes setores da economia e os dados confirmam que essa heterogeneidade se manifesta nas diferenças de renda dos assalariados. Entretanto, as diferenças de renda são ainda mais elevadas para o caso dos não assalariados e têm sido reforçadas pela crescente frequência de empregos encobertos, com o intuito de pagar menos impostos e contribuições sociais, principalmente nas ocupações de renda relativamente alta.

Os ocupados assalariados foram agrupados em 9 categorias levando em consideração os grupos ocupacionais, os setores de atividade e o rendimento do trabalho, caracterizando a força de trabalho a partir de sua inserção nas ocupações de diferentes atividades da economia brasileira e captando o impacto do nível de qualificação necessário e o grau de organização empresarial das atividades, que condicionam a força dos sindicatos e a remuneração dos trabalhadores. Os resultados mostram uma alta assimetria e dispersão da distribuição de salários no país, com uma alta proporção de assalariados (72,5%) com remuneração menor do que a média e poucos (27,5%) com remuneração maior do que a média. Além disso, as diferenças de remuneração acima da mediana são muito maiores do que abaixo da mediana, indicando que há grande diferença entre os salários muito altos e a renda do percentil 50.

O perfil dos assalariados brasileiros no terceiro trimestre de 2014 mostrou que mais da metade dos assalariados tem ocupação de qualificação profissional relativamente baixa e se emprega em atividades de estruturação empresarial relativamente baixa. Essas categorias também apresentam uma menor formalização do trabalho, principalmente nas de menores rendas. Por outro lado, menos de 10% dos assalariados brasileiros tem ocupação qualificada em atividade empresarialmente bem estruturada e essas atividades com melhor qualificação profissional da ocupação e estruturação empresarial da atividade apresentam uma maior formalização do trabalho.

Analisando as regiões brasileiras, temos, por um lado, o Nordeste e o Norte, em que a situação do mercado de trabalho é mais problemática, e por outro, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul, em que há uma situação superior, porém diversa, em termos de mercado de trabalho. O Nordeste é a região com maior desigualdade de renda das pessoas ocupadas. O Sudeste tem uma desigualdade semelhante à do país e as outras regiões têm menor dispersão relativa de renda das pessoas ocupadas, principalmente o Sul do país, indicando que esta última apresenta uma menor desigualdade de renda em relação às demais regiões do país.

Quando analisamos pelas categorias, notamos que no Nordeste há uma participação bastante elevada da categoria I no total dos assalariados, categoria

que representa as piores remunerações, qualificação do trabalho e organização empresarial da atividade econômica. Os resultados sugerem que as diferenças de composição dos assalariados por categoria entre regiões residem mais nas participações das categorias inferiores e de nível intermediário do que nas participações das categorias superiores, embora a participação dessas últimas seja um pouco maior nas regiões de maior salário. O Nordeste, que se caracteriza por ter pouca atividade econômica comparativamente a sua participação na população do país, tem salários inferiores muito baixos, refletindo a situação do seu mercado de trabalho, mas a situação é ainda pior no que diz respeito à renda dos que ficam fora do mercado de trabalho. No Nordeste, o mercado de trabalho está longe de absorver plenamente a população e a parcela da população que tem que sobreviver fora do mercado de trabalho tem pouca oportunidade para implementar estratégias de sobrevivência. Essa situação se repete no Norte, onde a frequência de ocupações não assalariadas ajuda a ter alta participação na atividade econômica e baixo desemprego, mas com a parcela de menor remuneração dos não assalariados com renda extremamente baixa, embora não tão baixa quanto no Nordeste. Já nas outras regiões, os assalariados de menor remuneração têm rendas maiores do que a dos não assalariados, mas em geral, a renda dos não assalariados é superior à dos assalariados. Isto reflete a maior atividade econômica nessas outras regiões e suas consequências sobre o mercado de trabalho e as oportunidades de negócios. No Sudeste, Sul e Centro-Oeste, menos pessoas são obrigadas a viver sem emprego assalariado e defrontam-se com melhores oportunidades para realizar negócios.

A recessão de 2015 e 2016 reduziu a dispersão de renda das pessoas ocupadas em relação ao terceiro trimestre de 2014, isto é, houve uma redução da desigualdade de rendimentos. A redução da dispersão relativa dos salários foi mais intensa do que a das rendas dos não assalariados e a classificação de ocupações desenvolvida na pesquisa ajuda a detalhar esse movimento. Isso se deveu ao fato de que algumas categorias de salários relativamente altos aumentaram o emprego, em especial nos salários próximos da média dessas categorias. Além disso, houve queda de emprego especialmente nas categorias intermediárias e baixas,

principalmente nas maiores remunerações. Isso significa que a redução da desigualdade de rendimentos verificada na recessão ocorreu com aumento da participação de menores salários nas categorias, o que significa um aumento da participação de assalariados com salários mais baixos.

Esses efeitos da recessão sobre a distribuição das remunerações das pessoas ocupadas dificultam ainda mais a descrição do quadro de enorme desigualdade socioeconômica dos trabalhadores e heterogeneidade da produção que vigoram no país. Esse é um ponto de partida essencial para examinar os efeitos da reforma trabalhista, pois esses efeitos serão certamente muito diferentes para os trabalhadores com diferentes situações em termos de ocupação e setor de atividade.

1. Introdução

O objetivo deste estudo é analisar a desigualdade no mundo do trabalho para fornecer elementos à avaliação do impacto da reforma trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República (Lei 13.467/17), que entrará em vigor em novembro de 2017. O estudo focará especialmente sobre o segmento de trabalhadores assalariados com menor grau de instrução e qualificação profissional, localizados em ramos produtivos com menor organização e força dos sindicatos, em regiões mais pobres e com níveis mais elevados de desemprego e informalidade. A pesquisa também analisará outros segmentos de trabalhadores assalariados melhores inseridos no mundo do trabalho do ponto de vista de sua maior qualificação, maior poder de influência, desenvolvendo atividades com maior autonomia ou mais articulados com os interesses da burocracia dirigente das empresas.

A análise é feita a partir dos dados da PNAD contínua. A recessão da economia brasileira nos dois últimos anos dificulta a descrição da desigualdade existente no mundo do trabalho porque as últimas informações sobre a situação dos trabalhadores refletem os efeitos da baixa atividade da economia e ofuscam a

descrição da estrutura da economia brasileira e seus efeitos sobre o emprego e a renda do trabalho. Por este motivo, esse estudo optou por descrever a desigualdade no mundo do trabalho em 2014, antes do início da recessão, e ilustrar brevemente as modificações ocorridas entre 2014 e 2016, associadas à queda da atividade da economia brasileira. Ou seja, o ano de 2014 caracterizará o mercado de trabalho do país e a breve comparação entre os anos 2014 e 2016 mostrará as alterações provocadas pela queda da atividade econômica em 2015 e 2016.

Escolheram-se o terceiro trimestre de cada ano porque eles caracterizam melhor a estrutura da economia brasileira e seu mercado de trabalho em relação aos outros trimestres do ano. As pesquisas domiciliares anuais do IBGE se referem geralmente ao mês de setembro justamente por melhor caracterizar a estrutura da economia.

Este relatório está organizado em quatro seções além desta introdução e da conclusão. A seção 2 analisa as condições de atividade e renda da população brasileira em 2014. A seção 3 analisa a desigualdade dos salários no conjunto do país em 2014. A seção 4 analisa a desigualdade de salários por região. A seção 5 mostra as mudanças ocorridas no mercado de trabalho a partir da baixa atividade econômica em 2015 e 2016. E, por fim, a última seção conclui o relatório.

2. Condição de Atividade e Renda da População Brasileira

A população em idade ativa (PIA) brasileira (14 anos e mais) no terceiro trimestre de 2014 foi de 162,4 milhões e a população economicamente ativa (PEA) foi de 99 milhões, o que significou uma taxa de participação de 60,9%, conforme apontado na Tabela 1. A taxa de desemprego foi de 6,8% e a taxa de ocupação foi de 56,8%. Entre os trabalhadores ocupados, cerca de 70% são assalariados.

Tabela 1: Dados Gerais

	T3 2014
PIA	162446320
PEA	98973879
Ocupados	92269100
Desempregados	6704779
Taxa de Participação	60,9
Taxa de Desemprego	6,8
Taxa de Ocupação	56,8
Ocupados (em %)	
Assalariados	69,8
Não Assalariados	30,2

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Se comparamos com o período antes da abertura comercial e financeira do início dos anos 1990, em que a taxa de desemprego era em torno de 5%, uma taxa de 6,8% não é muito baixa. Entretanto, 6,8% reflete uma melhora dos indicadores do mercado de trabalho que ocorreu a partir de 2004. A taxa de desemprego foi alta nos anos 1990 e começa a cair a partir de 2004 com a melhora da atividade econômica brasileira. Essa queda na taxa de desemprego a partir de 2004 continuou após 2008, apesar da desaceleração do crescimento do PIB que se verifica a partir desse momento, e principalmente após 2010 (Baltar e Leone, 2015). De acordo com Baltar e Leone (2015), a melhora dos indicadores do mercado de trabalho após 2010 se deve, em grande medida, à queda na taxa de participação que vem ocorrendo ao longo dos anos 2000. Isso se deve ao fato de que o jovem, desde a década de 1990, vem passando a entrar no mercado de trabalho mais tarde e tem ocorrido um arrefecimento do aumento da participação de mulheres adultas e uma ligeira redução da participação adulta masculina.

A taxa de participação de jovens entre 14 e 24 anos (mulheres e homens) ainda é relativamente alta no Brasil, como indicado na Tabela 2. As taxas de desemprego também são muito altas nessa faixa de idade, principalmente para as mulheres jovens, que tem uma taxa de desemprego de 19,6% no terceiro trimestre de 2014. As taxas de participação e de desemprego para os adultos de 25 a 54 anos refletem

um melhor mercado de trabalho, com uma taxa de desemprego de 5,1% e uma taxa de participação de 78,6%. Apesar de refletir uma melhor situação, não parecem indicar que o país se encontrava em pleno emprego.

Tabela 2: Taxa de Participação, Taxa de Desemprego e Taxa de Ocupação por sexo e idade (Terceiro Trimestre de 2014)

	Taxa de Participação			Taxa de Desemprego			Taxa de Ocupação		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
14 a 24	42,2	56,0	49,2	19,6	13,7	16,2	33,9	48,4	41,2
25 a 54	67,5	90,7	78,6	6,4	4,2	5,1	63,2	86,9	74,6
55 e mais	21,1	45,3	31,9	2,1	2,3	2,2	20,6	44,3	31,2
Total	50,4	72,4	60,9	8,2	5,7	6,8	46,3	68,3	56,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Quando analisamos os ocupados separando os assalariados dos não assalariados, notamos, mais claramente, que há problemas no mercado de trabalho, considerando que apenas 70% dos ocupados são assalariados, como indicado na Tabela 3.¹ Esse resultado ainda reflete uma herança do mercado de trabalho em que o adulto não especializado era expulso do mercado de trabalho (Baltar e Leone, 2015), bem como um novo fenômeno que reflete uma crescente busca pela flexibilidade do mercado de trabalho que tem levado a disfarçar situações de emprego.² Nesse último caso, empregados que seriam assalariados aparecem nas estatísticas como conta-própria.

Separando a análise por sexo, notamos que o peso dos assalariados é maior no caso das mulheres, provavelmente refletindo essa situação do mercado de trabalho anterior em que o homem adulto, que começava a trabalhar muito jovem, era expulso do mercado de trabalho quando se tornava adulto, sendo substituído por um trabalhador mais jovem. A diferença por sexo no peso dos assalariados na ocupação total é maior quanto maior a idade.

¹ Ocupado assalariado refere-se ao empregado do setor privado com carteira e sem carteira, trabalho doméstico com carteira e sem carteira, empregado do setor público com carteira e sem carteira e militar e estatutário. O ocupado não assalariado refere-se ao empregador, conta-própria e trabalho não remunerado.

² Para maiores detalhes, ver texto de discussão nº 04, “Relações de Trabalho”, deste projeto de pesquisa “Subsídios para a Discussão sobre a Reforma Trabalhista no Brasil”.

Tabela 3: Ocupados Assalariados e Não Assalariados (Terceiro Trimestre de 2014)

	Assalariados/Ocupados			Não Assalariado/Ocupados		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
14 a 24	86,0	79,3	82,0	14,0	20,7	18,0
25 a 54	76,4	66,7	71,0	23,6	33,3	29,0
55 e mais	56,4	44,0	48,5	43,6	56,0	51,5
Total	75,7	65,5	69,8	24,3	34,5	30,2

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

A Tabela 4 mostra o rendimento mensal do trabalho principal para assalariados e não assalariados.³ A mediana (percentil 50) do rendimento principal indica que não há diferença entre os assalariados e não assalariados.⁴ Os assalariados englobam uma diversidade alta de tipos de ocupação e níveis de escolaridade e os dados confirmam sua heterogeneidade quando comparamos o percentil 10 com o percentil 90. Entretanto, quando analisamos os percentis dos não assalariados, verificamos uma heterogeneidade ainda mais alta. Essa alta heterogeneidade dos rendimentos dos não assalariados tem sido reforçada pela crescente frequência de empregos encobertos com o intuito de pagar menos impostos e contribuições sociais, principalmente nas ocupações de renda relativamente alta.⁵

Tabela 4: Rendimento Mensal do Trabalho Principal (Terceiro Trimestre de 2014)

	Total	Assalariados	Não-Assalariados
Média	1.677,10	1.615,43	1.836,59
Percentil 10	350,00	500,00	200,00
Percentil 50	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Percentil 90	3.000,00	3.000,00	4.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

³ No caso dos não assalariados, os não remunerados não foram considerados para a análise de renda.

⁴ O conceito de mediana e outros conceitos utilizados na análise são discutidos no apêndice.

⁵ Ver Texto de discussão nº 4.

Apesar da mediana do rendimento principal ser igual entre assalariados e não assalariados, a média dos não assalariados é 13,7% mais alta do que a dos assalariados. Mais especificamente, para os assalariados, a média é 61,5% maior do que a mediana e, no caso dos não assalariados, a média é 83,7% maior do que a mediana. Essa maior distância da média em relação à mediana indica, no caso dos não assalariados, uma maior assimetria da curva de distribuição dos rendimentos. A dispersão também é maior para o caso dos não assalariados, como indica a diferença entre o percentil 90 em relação ao percentil 10. No caso dos assalariados, o percentil 90 é 6 vezes maior do que o percentil 10, e no caso dos não assalariados o percentil 90 é 20 vezes maior do que o percentil 10. Comparando os assalariados com os não assalariados, o percentil 10 dos não assalariados é 40% do valor do percentil 10 dos assalariados. Já o percentil 90 dos não assalariados é 33,3% maior do que o dos assalariados. Em suma, o nível de rendimentos é semelhante, mas há uma dispersão e uma assimetria muito maior no caso dos não assalariados, indicando uma heterogeneidade de rendimentos muito maior do que a dos assalariados que, por sua vez, também é muito grande.

O coeficiente de variação (relação entre o desvio padrão e a média) confirma a elevada dispersão relativa da renda do trabalho não assalariado. A renda média dos não assalariados supera a dos assalariados em 13,7%, mas o desvio padrão das rendas dos não assalariados supera a média em 71% enquanto entre os assalariados o desvio padrão supera a média em 41,6%.

3. Desigualdade de salários no conjunto do país

3.1. Introdução

Os ocupados assalariados foram agrupados em categorias levando em consideração os grupos ocupacionais, os setores de atividade e o rendimento do trabalho. A classificação levou em consideração apenas a força de trabalho

principal, que corresponde a adultos entre 25 e 54 anos.⁶ A ideia foi caracterizar a força de trabalho a partir de sua inserção nas ocupações de diferentes atividades da economia brasileira, captando o impacto do nível de qualificação necessário e o grau de organização empresarial das atividades, que condicionam a força dos sindicatos e a remuneração dos trabalhadores.⁷ A consideração apenas do adulto de 25 a 54 anos permite captar melhor esses efeitos da qualificação exigida e da organização empresarial das atividades. A Tabela I do Anexo apresenta o número de ocupados por setor de atividade e grupo ocupacional para adultos de 25 a 54 anos e a Tabela II apresenta o rendimento médio do trabalho principal para as mesmas categorias. Todos os valores estão em valores correntes do terceiro trimestre de 2014.

Os ocupados assalariados foram agrupados em nove categorias diferentes:

- Categoria A: formada principalmente pelos trabalhadores de dois grupos ocupacionais em três setores de atividade: os trabalhadores do grupo ocupacional “Profissionais das ciências e das artes” ligados à indústria e à construção e os trabalhadores do grupo ocupacional “Dirigentes e gerentes” ligados aos serviços prestados a empresas. Os rendimentos médios desses grupos ocupacionais (de alta renda média) situam-se acima de 5.000 reais, correspondendo ao grupo de maior renda (extremo superior), totalizando apenas 2,9% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dos trabalhadores dessa categoria foi de 5.212,33 reais.
- Categoria B: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Dirigentes e gerentes” ligados à indústria, transporte, administração pública e construção e os trabalhadores do grupo ocupacional “Profissionais das ciências e das artes” ligados ao transporte, administração pública e serviços prestados a empresas. O rendimento médio desses grupos de ocupações situa-se entre 4.000 reais e 5.000 reais, totalizando 4,8% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de

⁶ O Anexo 1 apresenta as informações dos assalariados de 25 a 54 anos por setores de atividade e grupos ocupacionais.

⁷ Essa metodologia foi inspirada no trabalho de Baltar, Souen e Campos (2017).

4.143,88 reais, o que significa uma renda média de 79,5% da renda média da categoria A.

- Categoria C: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Dirigentes e gerentes” ligados à educação, saúde e serviços sociais, os trabalhadores do grupo ocupacional “Profissionais das ciências e das artes” ligados ao comércio e os trabalhadores do grupo ocupacional “Membros das forças armadas” ligados à administração pública. O rendimento médio desses grupos de ocupações situa-se entre 3.100 reais e 4.000 reais, totalizando 2% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de 3.558,64 reais, o que significa uma renda média de 85,9% da renda média da categoria B e 68,3 % da renda média da categoria A.
- Categoria D: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Profissionais das ciências e das artes” ligados ao setor agrícola e à educação, saúde e serviços sociais, os trabalhadores do grupo ocupacional “Dirigentes e gerentes” ligados ao comércio e a outros serviços, e os trabalhadores do grupo ocupacional “Técnico de nível médio” ligados à administração pública e aos transportes. O rendimento médio desses grupos de ocupações situa-se entre 2.650 reais e 3.100 reais, totalizando 10,4% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de 2.768,62 reais, o que significa uma renda média de 77,8% da renda média da categoria C e 53,1 % da renda média da categoria A.
- Categoria E: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Profissionais das ciências e das artes” ligados ao setor alojamento e alimentação, os trabalhadores do grupo ocupacional “Técnico de nível médio” ligados à indústria, e os trabalhadores de ocupações mal definidas ligados à administração pública. O rendimento médio desses grupos de ocupações situa-se entre 2.200 reais e 2.650 reais, totalizando 2,3% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de 2.465,38 reais, o que significa uma renda média de 89% da renda média da categoria D e 47,3 % da renda média da categoria A.

- Categoria F: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Trabalhadores qualificados operários” ligados ao transporte, os trabalhadores do grupo ocupacional “Técnico de nível médio” ligados aos serviços para empresas, alojamento e alimentação, construção e setor agrícola, e os trabalhadores do grupo ocupacional “Dirigentes e gerentes” ligados ao setor de alojamento e alimentação. O rendimento médio desses grupos de ocupações situa-se entre 1.700 reais e 2.200 reais, totalizando 6,4% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de 2.143,39 reais, o que significa uma renda média de 86,9% da renda média da categoria E e 41,1 % da renda média da categoria A.
- Categoria G: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Técnico de nível médio” ligados ao comércio e educação, saúde e serviços sociais, os trabalhadores do grupo ocupacional “Operadores de instalações e máquinas” ligados ao transporte, construção, administração pública, serviços prestados a empresas e serviços domésticos, os trabalhadores do grupo ocupacional “Trabalhadores dos serviços” ligados à construção, e os trabalhadores do grupo ocupacional “Trabalho de apoio administrativo” ligados ao transporte, construção e indústria. O rendimento médio desses grupos de ocupações situa-se entre 1.300 reais e 1.700 reais, totalizando 21,1% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de 1.502,01 reais, o que significa uma renda média de 70,1% da renda média da categoria F e 28,8 % da renda média da categoria A.
- Categoria H: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Operadores de instalações e máquinas” ligados ao comércio e indústria, os trabalhadores do grupo ocupacional “Trabalhadores dos serviços” ligados ao transporte, serviços prestados a empresas, comércio e educação, saúde e serviços sociais, e os trabalhadores do grupo ocupacional “Trabalho de apoio administrativo” ligados à educação, saúde e serviços sociais, comércio e outros serviços. O rendimento médio desses grupos de ocupações situa-se entre 920 reais e 1.300 reais, totalizando 27,9% dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de

1.200,31 reais, o que significa uma renda média de 79,9% da renda média da categoria G e 23 % da renda média da categoria A.

- Categoria I: formada principalmente pelos trabalhadores do grupo ocupacional “Ocupações elementares” ligados a serviços prestados a empresas, educação, saúde e serviços sociais, administração pública, construção e serviços domésticos, os trabalhadores do grupo ocupacional “Trabalho qualificado da agricultura” ligados ao setor agrícola, e os trabalhadores do grupo ocupacional “Trabalhadores dos serviços” ligados ao serviço doméstico. O rendimento médio desses grupos de ocupação situa-se abaixo de 920 reais, totalizando 22,1 % dos assalariados entre 25 e 54 anos. A renda média dessa categoria foi de 778,86 reais, o que significa uma renda média de 64,9 % da renda média da categoria H e 14,9 % da renda média da categoria A.

Uma análise da variância dos salários permite verificar que a classificação de assalariados nessas categorias baseou-se em classes muito agregadas de ocupação e setor de atividade, resultando em elevada desigualdade de renda dentro das categorias. A variância dos salários médios entre as categorias é relativamente pequena se comparada à média das variâncias dos salários dentro das categorias. Assim, a Tabela 5 mostra que a desigualdade de salários dentro das categorias equivale a 78,1% da desigualdade total de salários, enquanto as diferenças de salários médios entre as categorias equivalem a 21,9% da desigualdade salarial total. Portanto, a classificação dos assalariados adotada é uma primeira aproximação que pode ser aperfeiçoada posteriormente utilizando classes mais desagregadas de ocupação e setores de atividade. Como uma primeira aproximação da diversidade de níveis de qualificação das ocupações e de organização empresarial das atividades, a classificação adotada permite uma avaliação razoável da maneira como se insere no mercado de trabalho assalariado homens e mulheres de diferentes idades em diferentes regiões do país.

Tabela 5: Análise de Variância – quanto da variância total corresponde a diferenças entre categorias e dentro das categorias (adultos de 25 a 54 anos no terceiro trimestre de 2014)

Análise de Variância (em %)	Entre Categorias	21,9
	Dentro das Categorias	78,1
Variância Total		100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

3.2. A desigualdade de salários no conjunto do país

A enorme desigualdade salarial de empregados nos setores público, privado e prestador de serviços para famílias fica evidente quando comparamos o desvio padrão (2287,34 reais) com o salário médio (1615,43 reais) para o conjunto do país no terceiro trimestre de 2014.⁸ O desvio padrão é 41,6% maior do que a média, indicando que as diferenças de remuneração entre os trabalhadores assalariados são muito grandes (Tabela 6).

O salário médio, por definição, indica a remuneração que todos assalariados receberiam caso não houvesse diferenças de remuneração entre os assalariados. A magnitude do desvio padrão comparativamente à média mostra, entretanto, que as diferenças de remuneração são muito grandes, problematizando a média como indicador da posição da distribuição dos salários.

Tabela 6: Rendimento Mensal Médio Habitual (terceiro trimestre de 2014)

	Categorias									Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Proporção de Pessoas	2,6	4,3	1,9	9,3	2,3	6,4	21,3	29,6	22,3	100,0
Média	5.249,96	4.155,34	3.228,71	2.819,24	2.296,98	1.999,88	1.408,58	1.113,57	754,86	1.615,43
Mediana	3.200,00	3.000,00	2.500,00	2.000,00	1.600,00	1.400,00	1.200,00	950,00	724,00	1.000,00
Média/Mediana	1,64	1,39	1,29	1,41	1,44	1,43	1,17	1,17	1,04	1,62
Desvio padrão	6.617,94	4.217,14	3.400,62	3.179,28	2.096,11	2.655,39	1.117,18	906,73	512,66	2.287,34
Coef. Variação	1,26	1,01	1,05	1,13	0,91	1,33	0,79	0,81	0,68	1,42
Percentil 10	1.000,00	900,00	900,00	724,00	724,00	724,00	724,00	600,00	230,00	500,00
Percentil 90	12.000,00	9.500,00	6.000,00	6.000,00	4.500,00	4.000,00	2.400,00	1.800,00	1.200,00	3.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

⁸ A partir desta seção, são consideradas todas as faixas etárias.

A média dos salários do terceiro trimestre de 2014 foi 2,2 vezes o salário mínimo da época (724 reais). As diferenças de salários são não somente muito grandes, mas a curva representativa da distribuição de salários é muito assimétrica, com uma proporção de assalariados muito grande em postos de trabalho de remuneração baixa e muito poucos assalariados com postos de trabalho bem remunerados. Isto fica evidente comparando a média com a mediana e calculando a proporção de assalariados com remuneração menor do que a média.

A mediana dos salários no terceiro trimestre de 2014 foi 38,1% maior do que o salário mínimo, equivalendo a 61,9% da média dos salários. Ou seja, o salário do meio da distribuição, deixando metade dos assalariados com remunerações inferiores e a outra metade com remunerações superiores, foi menos de 2/3 do salário médio, indicando que o assalariado mediano é pobre no sentido de não ter acesso à remuneração que usufruiriam todos assalariados caso não houvesse diferenças de remunerações entre eles.

Em consequência das altas assimetria e dispersão da distribuição de salários no país, uma enorme proporção de assalariados (72,5%) tem remuneração menor do que a média e muito poucos (27,5%) têm remuneração maior do que a que receberiam todos assalariados se não houvesse diferenças de remuneração entre eles.

A elevada assimetria e dispersão dos salários sugere a necessidade de um maior detalhamento das categorias com remuneração de nível intermediário para explicitar melhor os efeitos dos fatores diferenciadores da remuneração. Notadamente, seria importante detalhar a qualificação exigida e o grau de organização empresarial das atividades que condicionam a proteção social dos empregados e as possibilidades de representação e influência diante do empregador, envolvendo, ou não, sindicatos.

As diferenças de remuneração acima da mediana são muito maiores do que abaixo da mediana. Assim, o percentil 10, representativo das menores remunerações, equivale a somente 31% do salário médio e 69,1% do salário mínimo enquanto o percentil 90, representativo das altas remunerações, é 85,7% maior do que a média, equivalendo a 4,1 salários mínimos. A diferença entre os altos e baixos

salários transparece num percentil 90 igual a seis vezes o percentil 10. Entretanto, apesar do baixíssimo nível dos menores salários (percentil 10 menos de 1/3 do salário médio e pouco mais de 2/3 do salário mínimo), a mediana equivale a dois percentis 10 e o percentil 90 equivale a três medianas. Ou seja, as distâncias entre as altas remunerações e o meio da distribuição são maiores do que as distâncias entre o meio da distribuição e os baixos salários.

O elevado nível de agregação das classificações de ocupação e de setor de atividade utilizadas para construir as nove categorias de assalariados levaram a uma alta dispersão salarial dentro das categorias identificadas. Não obstante, a distinção que as categorias estabelecem entre os assalariados, em termos dos fatores diferenciadores da remuneração, permite retratar bastante bem características da distribuição de salários no país, ajudando a associar essas características com os fatores diferenciadores da remuneração.

Assim, por exemplo, as três categorias de assalariados com remuneração média abaixo da média geral (categorias I, G e H) abrangem, em conjunto, 73,2% dos assalariados, proporção bastante próxima da fração do total de assalariados com remuneração menor do que a média geral (72,5%). Embora saibamos que, em decorrência da elevada agregação das classificações de ocupação e setor de atividade, as categorias de baixo salário médio têm também assalariados de alta remuneração e as categorias de alto salário médio também têm assalariados de baixa remuneração, não restam dúvidas de que a elevada participação das categorias de baixo salário no emprego assalariado total é um dos principais determinantes da elevada assimetria e dispersão dos salários no país.

A metodologia adotada distinguiu três grandes categorias de salário médio menor do que a média geral. A categoria I é formada pelos assalariados de menor remuneração, com a mediana exatamente igual ao salário mínimo. A dispersão salarial nesta categoria é a menor entre as nove identificadas, como indicado pelo coeficiente de variação, com um desvio padrão igual a 68% da média. A assimetria da distribuição de salários também é relativamente pequena, como indicado pela comparação entre média e mediana. Na categoria I a mediana equivale a 95,9% da média que supera a mediana em somente 4,3%. Embora a dispersão salarial não

seja desprezível, o que caracteriza a categoria I são os baixíssimos salários das menores remunerações. O percentil 10 equivale a somente 31,8% do salário mínimo. A diferença entre altos e baixos salários não é tão pequena, pois o percentil 90 equivale a 5,2 percentis 10, mas a mediana equivale a 3,1 percentis 10 e o percentil 90 supera a mediana em 65,7%. A categoria I é a única em que as diferenças entre o meio e os baixos salários são maiores do que as diferenças entre o meio e as altas remunerações.

As duas outras categorias de salário médio menor do que a média geral têm características gerais de distribuição semelhantes, distinguindo-se apenas pelo nível salarial. A mediana dos salários da categoria G é 26,3% maior do que a da categoria H e a mediana dos salários da categoria H é 31,2% maior do que na categoria I.

As categorias H e G têm dispersão e assimetria de salários maiores do que a categoria I, mas há semelhança entre as duas nestes dois aspectos. Nas duas categorias, o coeficiente de variação é de 0,8 e a média supera a mediana em 17%. Na categoria H, o percentil 10 equivale a 83% do salário mínimo enquanto na categoria G é exatamente igual ao salário mínimo. A distância entre os baixos e altos salários é um pouco maior na categoria G (o percentil 90 vale 3,0 percentis 10 na categoria H e 3,3 na categoria G). A distância entre o meio e os baixos salários é um pouco maior na categoria G (a mediana supera o percentil 10 em 58% na categoria H e 89,5% na categoria G), mas a diferença é maior na distância entre o meio e as altas remunerações (o percentil 90 supera a mediana em 65% na categoria H e em 100% na categoria G). Neste particular, a categoria G apresenta em menor grau uma característica das categorias de salário médio maior do que a média geral, uma grande distância entre o meio e as altas remunerações. Na categoria I, as distâncias maiores são entre o meio e os baixos salários e na categoria H, as distâncias entre o meio e os baixos salários são relativamente parecidas com as distâncias entre o meio e as altas remunerações.

As outras seis categorias têm salário médio maior do que a média geral. A categoria F tem uma mediana 16,7% maior do que a da categoria G, mas o percentil 10, de modo análogo à categoria G, equivale ao salário mínimo. Porém, a diferença

do valor dos percentis 90, entre essas duas categorias, é de 66,7%. As dispersão e assimetria dos salários são muito maiores na categoria F do que na categoria G, com indicado pelos coeficientes de variação e pelas diferenças entre a média e a mediana. Assim, embora os baixos salários da categoria F não sejam maiores do que os da categoria G, esta é uma categoria de salário médio maior do que a média geral (ao contrário da categoria G) devido, principalmente, à sua maior dispersão e assimetria. Na realidade, as categorias F e G são categorias com salários de nível intermediário, um pouco superiores na categoria F.

As categorias E e D também têm percentis 10 equivalentes ao salário mínimo, mas a dispersão não é tão grande como na categoria F. Já a diferença entre média e mediana é tão grande como na categoria F, indicando uma pronunciada assimetria da distribuição de salários. As categorias E e D, então, embora tenham salários inferiores não maiores do que os das categorias G e F, são categorias com remuneração acima do nível intermediário.

As categorias C, B e A, entretanto, são as categorias de maior nível de remuneração. O percentil 10 supera o salário mínimo em pelo menos $\frac{1}{4}$ e a mediana é mais do dobro da mediana do total dos assalariados. Nessas categorias, as distâncias entre o meio e as altas remunerações são muito maiores do que entre o meio e as baixas remunerações, especialmente na categoria A, onde são muito grandes a dispersão e assimetria da distribuição de salários.

Para obter uma classificação mais operacional que descreva o perfil dos assalariados brasileiros em função da remuneração, é possível agrupar as nove categorias formando duas de salário baixo (H e I), uma de salário intermediário (F+G), e três de salário alto (D+E, B+C e A). A composição, por categoria dos assalariados, das faixas de salário expressas em termos de salários mínimos, mostra que as seis categorias retratam bastante bem o perfil dos assalariados brasileiros, em função dos fatores diferenciadores da remuneração destacados, isto é, a qualificação profissional do tipo de ocupação e o grau de estruturação empresarial das atividades (Tabela 7).

Tabela 7: Distribuição dos Assalariados por faixas de salários mínimos no terceiro trimestre de 2014 (em %)

	% Total	Até 2SM	2SM a 5SM	5SM a 10SM	10SM e mais
A	2,6	0,62	4,01	12,76	23,68
B+C	6,2	1,95	11,30	28,82	31,87
D+E	11,6	6,48	20,36	31,48	30,89
F+G	27,8	25,31	38,13	20,49	11,03
H	29,6	34,86	21,86	6,05	2,09
I	22,3	30,79	4,35	0,40	0,44
	100,0	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

As categorias H e I são as únicas que têm proporções de assalariados que ganham menos do que dois salários mínimos que são maiores do que suas respectivas participações no total de assalariados. As duas categorias de salário baixo participam, em conjunto, com 65,7% dos assalariados que ganham menos de dois salários mínimos, sendo que sua participação conjunta no total de assalariados é de 51,9%.

Na faixa de salário de nível intermediário (2 a 5 salários mínimos), a categoria de remuneração de nível intermediário (F+G) é a que tem maior participação, seguida pelas categorias mais próximas a ela (categorias H e D+E). Essas três categorias têm participação conjunta nos assalariados que ganham de 2 a 5 salários mínimos de 80,4%, sendo que sua participação conjunta no total de assalariados é de 69,0%.

Nas duas faixas de salário elevado (5 a 10 e 10 e mais salários mínimos), a participação conjunta das três categorias de salário acima do nível intermediário é de respectivamente 73,1% e 86,4%. Essa diferença se deve fundamentalmente à categoria de maior salário (categoria A), que participa isoladamente com 23,7% dos assalariados que ganham 10 ou mais salários mínimos, sendo que sua participação no total de assalariados é de somente 2,6%.

A Tabela 8 mostra a participação, por categoria, de trabalho formal e não formal. O que os dados mostram é que as categorias mais organizadas não apenas são melhores remuneradas, como também têm uma participação mais alta de contratos de trabalho formalizados. Na categoria A, por exemplo, 94,1% dos

contratos de trabalho são formalizados de acordo com as leis trabalhistas, e na categoria I, mais de 50% dos contratos de trabalho assalariado não são formalizados conforme as leis trabalhistas.

Tabela 8: Trabalho Assalariado (terceiro trimestre de 2014)

	Formal	Não formal
A	94,1	5,9
B+C	85,8	14,2
D+E	83,3	16,7
F+G	82,4	17,6
H	79,1	20,9
I	47,3	52,7
Total	74,2	25,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Em suma, o perfil dos assalariados brasileiros no terceiro trimestre de 2014 apresentou as seguintes características: a categoria de ocupações com menor qualificação profissional e empregada por atividades sem muita estruturação empresarial abrange 22,3% dos assalariados brasileiros; a outra categoria com qualificação profissional e estruturação empresarial relativamente baixa alcança 29,6% dos assalariados; assim, 51,9% dos assalariados brasileiros tem ocupação de qualificação profissional relativamente baixa e se emprega em atividades de estruturação empresarial relativamente baixa; essas categorias também apresentam uma menor formalização do trabalho, principalmente na de menores rendas; a categoria de ocupações de qualificação profissional em atividades com estruturação empresarial de nível intermediário abrange 27,8% dos assalariados brasileiros; assim, 20,4% dos assalariados tem ocupação relativamente qualificada e se emprega em atividade com estruturação empresarial relativamente alta; porém, 11,6% dos assalariados (57% dos assalariados com ocupação relativamente qualificada e atividade com grau de estruturação relativamente alto) estão na categoria de nível logo acima do intermediário em termos de qualificação profissional da ocupação e estruturação empresarial da atividade; apenas 8,8% dos assalariados brasileiros tem ocupação qualificada em atividade empresarialmente

bem estruturada; essas atividades com melhor qualificação profissional da ocupação e estruturação empresarial da atividade apresentam uma maior formalização do trabalho.

4. *Desigualdade de salários por região*

As regiões brasileiras podem ser analisadas comparando duas situações diferentes. Um grupo, composto pelo Nordeste e pelo Norte, em que a situação do mercado de trabalho é mais problemática e outro grupo, composto pelo Centro-Oeste, Sudeste e Sul, em que há uma situação superior, porém diversa, em termos de mercado de trabalho. O Centro-Oeste tem uma participação alta da agricultura moderna empresarial e também concentra os altos rendimentos encontrados no Distrito Federal, o Sudeste é a região em que se concentrou o processo de industrialização no país, e o Sul tem uma economia marcada por uma agroindústria moderna com base na agricultura familiar.

Quando analisamos os dados da PIA no terceiro trimestre de 2014, notamos que o Nordeste representa 26,9% da PIA do país. É a região de menor renda per capita porque concentra uma proporção da população muito maior do que de atividade econômica. A desproporção entre população e atividade econômica dessa região manifesta-se na situação do mercado de trabalho. Assim, apesar da taxa de participação ser relativamente baixa na região (56,8%), a taxa de desemprego (8,6%) é relativamente alta. O Norte apresenta uma situação relativamente melhor do que a do Nordeste, com uma taxa de participação e de desemprego semelhante às do país. Essa melhor situação do Norte em relação ao Nordeste ocorre com um maior peso de ocupados não assalariados no Norte. A taxa de participação das demais regiões supera a taxa de participação do país, principalmente no Centro-Oeste. A taxa de desemprego, porém, é mais baixa do que a média do país, exceto no Sudeste, que tem uma taxa de desemprego semelhante à do país. O Sudeste e o Centro-Oeste são as regiões com a maior participação de assalariados no total de ocupados.

Tabela 9: Dados Gerais por Região (terceiro trimestre de 2014)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
PIA	7,8	26,9	43,3	14,7	7,4	100,0
PEA	7,8	25,1	43,9	15,4	7,9	100,0
Ocupados	7,8	24,6	43,8	15,8	8,0	100,0
Desempregados	7,9	31,8	44,4	9,6	6,3	100,0
Taxa de Participação	61,2	56,8	61,8	63,8	65,1	60,9
Taxa de Desemprego	6,9	8,6	6,9	4,2	5,4	6,8
Taxa de Ocupação	56,9	51,9	57,5	61,1	61,6	56,8
Ocupados (em %)						
Assalariados	59,2	63,4	74,9	69,8	72,2	69,8
Não Assalariados	40,8	36,6	25,1	30,2	27,8	30,2

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

As taxas de participação no Nordeste são baixas para homem e mulher e em todos os grupos de idade, conforme Tabela 10. O Norte tem taxa de participação maior do que a do Nordeste por causa dos homens com 25 ou mais anos de idade. A taxa de participação do Norte é semelhante à do Sudeste porque a maior taxa de participação dos homens do Norte compensa a menor taxa de participação das mulheres e, por idade, a taxa de participação do Norte só é maior do que a do Sudeste para pessoas com 55 ou mais anos de idade. Para pessoas com 14 a 24 anos e 25 a 54 anos, a taxa de participação no Sudeste é maior do que no Norte. Finalmente, no Sul e no Centro-Oeste, a maior participação na atividade econômica do que no Sudeste, verifica-se para homens e mulheres e em todas as faixas de idade.

Tabela 10: Taxa de Participação por Região, Idade e Sexo (terceiro trimestre de 2014)

		Homem	Mulher	Total
Norte	14 a 24	55,6	32,9	44,6
	25 a 54	92,1	63,2	77,3
	55 e mais	52,3	22,2	36,8
	Total	74,7	47,8	61,2
Nordeste	14 a 24	52,6	36,1	44,4
	25 a 54	87,5	60,9	73,5
	55 e mais	44,0	18,3	29,7
	Total	69,6	45,3	56,8
Sudeste	14 a 24	55,7	45,5	50,7
	25 a 54	91,7	70,2	80,5
	55 e mais	44,7	22,0	31,9
	Total	72,5	52,1	61,8
Sul	14 a 24	62,0	50,9	56,5
	25 a 54	91,5	72,8	81,9
	55 e mais	44,3	22,0	32,0
	Total	73,7	54,7	63,8
Centro-Oeste	14 a 24	60,8	44,6	52,8
	25 a 54	92,4	69,8	80,6
	55 e mais	51,5	22,0	35,6
	Total	76,9	54,1	65,1
Total	14 a 24	56,0	42,2	49,2
	25 a 54	90,7	67,5	78,6
	55 e mais	45,3	21,1	31,9
	Total	72,4	50,4	60,9

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

As taxas de desemprego são elevadas no Nordeste para homens e mulheres e para todas as faixas de idade. O Norte tem menos desemprego que o Nordeste, principalmente entre os homens e entre os jovens de 14 a 24 anos. A semelhança das taxas de desemprego de Norte e Sudeste reflete uma compensação de diferenças entre as regiões: o desemprego é maior para mulheres do Norte e para homens jovens do Sudeste. Finalmente, o menor desemprego no Sul e Centro-Oeste é generalizado, embora não seja tão baixo para mulheres jovens do Centro-Oeste.

Tabela 11: Taxa de Desemprego por Região, Idade e Sexo (terceiro trimestre de 2014)

		Homem	Mulher	Total
Norte	14 a 24	10,6	21,5	14,5
	25 a 54	3,8	7,6	5,4
	55 e mais	1,6	1,8	1,7
	Total	5,0	9,8	6,9
Nordeste	14 a 24	16,0	24,0	19,2
	25 a 54	5,9	7,7	6,6
	55 e mais	3,0	1,7	2,6
	Total	7,5	10,1	8,6
Sudeste	14 a 24	15,0	19,8	17,1
	25 a 54	4,2	6,5	5,2
	55 e mais	2,5	2,7	2,6
	Total	5,7	8,3	6,9
Sul	14 a 24	9,4	13,1	11,1
	25 a 54	2,2	3,8	2,9
	55 e mais	1,2	1,2	1,2
	Total	3,4	5,3	4,2
Centro-Oeste	14 a 24	10,9	16,1	13,1
	25 a 54	2,8	5,3	3,9
	55 e mais	1,4	1,2	1,3
	Total	4,2	7,0	5,4
Total	14 a 24	13,7	19,6	16,2
	25 a 54	4,2	6,4	5,1
	55 e mais	2,3	2,1	2,2
	Total	5,7	8,2	6,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

A proporção de assalariados na ocupação total indica que o melhor desempenho do mercado de trabalho no Norte do que no Nordeste se deve às ocupações não assalariadas. Conforme a Tabela 12, para homens e mulheres e em todas as faixas de idade a proporção de assalariados na ocupação total do Nordeste é maior do que no Norte. Essas proporções no Nordeste são bem menores do que no Centro-Oeste, no Sul e, principalmente, no Sudeste, regiões que têm mais atividade econômica e mercado de trabalho assalariado.

Tabela 12: Assalariado/Ocupado por Região, Idade e Sexo (terceiro trimestre de 2014)

		Homem	Mulher	Total
Norte	14 a 24	64,7	71,7	67,0
	25 a 54	56,5	65,9	60,3
	55 e mais	34,5	44,8	37,7
	Total	55,5	65,0	59,2
Nordeste	14 a 24	71,3	77,6	73,7
	25 a 54	61,7	70,1	65,3
	55 e mais	34,7	44,9	38,3
	Total	59,8	68,6	63,4
Sudeste	14 a 24	86,6	90,9	88,5
	25 a 54	71,6	81,4	76,0
	55 e mais	50,6	62,9	55,3
	Total	70,6	80,5	74,9
Sul	14 a 24	81,6	89,2	84,9
	25 a 54	65,5	76,5	70,5
	55 e mais	41,4	54,8	46,5
	Total	64,8	76,2	69,8
Centro-Oeste	14 a 24	83,9	89,8	86,2
	25 a 54	68,2	77,1	72,2
	55 e mais	46,7	59,3	50,9
	Total	68,2	77,6	72,2
Total	14 a 24	79,3	86,0	82,0
	25 a 54	66,7	76,4	71,0
	55 e mais	44,0	56,4	48,5
	Total	65,5	75,7	69,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

A distribuição de renda das pessoas ocupadas remuneradas é muito desigual no Brasil. O desvio padrão é 52% maior do que a média (Tabela 13). O Nordeste é a região com maior desigualdade de renda das pessoas ocupadas. O coeficiente de variação das rendas das pessoas ocupadas no Nordeste chega a ser maior do que o do total do país. A renda média dos ocupados no Nordeste equivale a 68,2% da média nacional, enquanto o desvio padrão é 84,5% do desvio padrão das rendas das pessoas ocupadas no conjunto do país. A região que concentrou a industrialização nacional (Sudeste) tem coeficiente de variação do mesmo nível que a totalidade do país, com rendimento médio 14,3% maior do que a média nacional e desvio padrão 12,6% maior do que o nacional. As outras regiões têm dispersão

relativa de renda das pessoas ocupadas menor, principalmente o Sul do país, que tem média 9,5% maior do que a nacional e desvio padrão 71,9% do nacional. Assim, a região Sul é a que apresenta a distribuição de renda das pessoas ocupadas menos desigual do país, mas, mesmo assim, um desvio padrão da mesma ordem de grandeza da renda média indica forte desigualdade de renda das pessoas ocupadas no Sul do país.

Tabela 13: Rendimento Mensal Médio Habitual Total (Assalariados e Não Assalariados) por Região (terceiro trimestre de 2014)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Média	1.355,74	1.143,05	1.916,75	1.837,26	1.921,39	1.677,10
Mediana	800,00	724,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.000,00
Média/Mediana	1,69	1,58	1,60	1,53	1,60	1,68
Desvio padrão	1.930,74	2.169,91	2.877,31	1.837,26	2.497,75	2.556,14
Coef. Variação	1,42	1,90	1,50	1,00	1,30	1,52
Percentil 10	300,00	150,00	500,00	600,00	600,00	350,00
Percentil 90	2.800,00	2.000,00	3.600,00	3.500,00	4.000,00	3.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

A desigualdade de renda dos não assalariados (coeficiente de variação igual a 1,71) é muito maior do que a desigualdade de salários (coeficiente de variação igual a 1,42), conforme as Tabelas 14 e 15. O Nordeste tem maior desigualdade de renda dos ocupados, em relação às demais regiões, tanto para assalariados quanto para não assalariados. Nos dois casos, o coeficiente de variação do Nordeste é muito superior ao total nacional. O Sudeste, entretanto, só tem coeficiente de variação semelhante ao nacional no caso dos assalariados. Os não assalariados do Sudeste têm alta desigualdade de renda, porém menos do que o total nacional. O Norte, onde as ocupações não assalariadas respondem por uma situação relativamente boa do mercado de trabalho (em termos de taxa de participação e desemprego), tem uma desigualdade de renda dos ocupados não assalariados maior do que o total nacional. As regiões Centro-Oeste e Sul têm coeficiente de variação bem menor do que o total nacional tanto para assalariados quanto não assalariados.

Tabela 14: Rendimento Mensal Médio Habitual dos Assalariados por Região (terceiro trimestre de 2014)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Proporção de Pessoas	6,6	22,4	47,0	15,8	8,3	100,0
Média	1.411,19	1.185,15	1.785,83	1.685,75	1.838,31	1.615,43
Mediana	900,00	724,00	1.150,00	1.200,00	1.150,00	1.000,00
Média/Mediana	1,57	1,64	1,55	1,40	1,60	1,62
Desvio padrão	1.752,50	2.056,21	2.542,90	1.847,07	2.315,58	2.287,34
Coef. Variação	1,24	1,73	1,42	1,10	1,26	1,42
Percentil 10	400,00	250,00	700,00	724,00	720,00	500,00
Percentil 90	2.824,00	2.100,00	3.200,00	3.000,00	3.500,00	3.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Tabela 15: Rendimento Mensal Médio Habitual Não Assalariados por Região (terceiro trimestre de 2014)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Média	1.257,62	1.057,14	2.327,97	2.234,29	2.150,15	1.836,59
Mediana	724,00	550,00	1.400,00	1.500,00	1.400,00	1.000,00
Média/Mediana	1,74	1,92	1,66	1,49	1,54	1,84
Desvio padrão	2.207,81	2.382,88	3.708,02	3.071,23	2.929,42	3.140,97
Coeficiente de Variação	1,76	2,25	1,59	1,37	1,36	1,71
Percentil 10	200,00	100,00	350,00	420,00	450,00	200,00
Percentil 90	2.500,00	2.000,00	5.000,00	5.000,00	4.400,00	4.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Considerando apenas os assalariados, ressalta o pequeno valor do percentil 10 no Nordeste, que equivale a 34,5% do salário mínimo. No Norte, a situação é um pouco melhor, pois o percentil 10 equivale a 55,2% do salário mínimo, mas é somente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul que o valor do percentil 10 equivale ao salário mínimo. As diferenças regionais de salário não são tão grandes quando medidas pela mediana. A mediana dos salários do Nordeste equivale ao salário mínimo, enquanto no Norte é 24% maior e no Centro-Oeste, Sudeste e Sul são em torno de 60% maiores do que o salário mínimo (Tabela 14).

A Tabela 16 apresenta a distribuição dos assalariados por categoria nas diferentes regiões. Notamos que, no Nordeste, que é a região com menor rendimento médio e maior desigualdade de salários (destacando-se os baixos níveis dos menores salários), há uma participação bastante elevada da categoria I.

A participação da categoria I no emprego assalariado das demais regiões é menor, especialmente no Sul e no Sudeste. A comparação das distribuições regionais dos assalariados por categoria mostra que essa menor participação da categoria I no Sudeste e Sul corresponde a uma maior participação da categoria G e H (esta última somente na Região Sul). A participação das categorias A, B, C, D e E varia de 18,0% no Nordeste a 21,5% no Sudeste, indicando que as diferenças de composição dos assalariados por categoria entre regiões residem mais nas participações das categorias de salário inferior do que nas categorias de salário superior, embora a participação dessas últimas seja maior nas regiões de maior salário. Assim, a categoria A abrange somente 1,3% dos assalariados do Norte e Nordeste, 1,7% no Centro-Oeste, 2,8% no Sul e 3,4% no Sudeste.

**Tabela 16: Distribuição por Categoria dos Assalariados para cada Região
(terceiro trimestre de 2014)**

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Total
Norte	1,26	4,01	2,56	10,64	2,10	7,70	18,35	27,99	25,40	100,00
Nordeste	1,27	3,85	1,63	10,02	1,23	6,66	17,89	29,04	28,40	100,00
Sudeste	3,43	4,45	1,86	9,12	2,70	6,18	22,26	29,51	20,50	100,00
Sul	2,76	3,85	1,81	8,69	2,87	5,77	25,30	31,75	17,20	100,00
Centro-Oeste	1,69	5,74	2,31	8,56	1,50	7,68	20,30	28,58	23,63	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

As diferenças regionais de salários não se devem apenas a diferenças de composição dos assalariados por categoria em cada região. Para a mesma categoria, as diferenças regionais de salários são muito altas. Mesmo na categoria I, o salário mediano do Sudeste é 33,3% maior do que no Nordeste (Tabela 17). Comparando os menores salários da Categoria I, a diferença é ainda maior. O percentil 10 no Sudeste é 2,6 vezes o percentil 10 do Nordeste. Mesmo no Sudeste, o percentil 10 equivale apenas a 48,3% do salário mínimo, mas no Nordeste, o percentil 10 equivale a somente 18,6% do salário mínimo. Na categoria H, a mediana no Sudeste supera a do Nordeste em 38,1% e a diferença para o percentil 10 entre essas duas regiões é de 126,3%. No Sudeste, o percentil 10 para a categoria H equivale ao salário mínimo, enquanto no Nordeste alcança somente

44% do valor do salário mínimo. Na categoria G, a diferença de mediana entre o Nordeste e o Sudeste é também de 33,3% e a diferença de percentil 10 é de 44,8%. Neste caso, o valor do percentil 10 equivale ao salário mínimo no Sudeste e 69,1% do salário mínimo no Nordeste.

Tabela 17: Rendimento Mensal Médio Habitual dos Assalariados por Região e Categoria (terceiro trimestre de 2014)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Norte	Média	3.980,96	3.510,40	3.176,98	2.504,41	2.135,40	1.780,34	1.302,62	986,24	691,15
	Mediana	2.400,00	2.500,00	2.800,00	1.800,00	1.400,00	1.200,00	1.058,00	800,00	724,00
	Percentil 10	980,00	860,00	860,00	724,00	724,00	724,00	724,00	500,00	240,00
	Percentil 90	9.000,00	7.000,00	7.000,00	5.000,00	4.500,00	3.500,00	2.100,00	1.500,00	1.000,00
Nordeste	Média	4.787,92	3.275,04	2.638,52	2.189,15	1.965,16	1.509,26	1.155,77	850,84	552,26
	Mediana	2.900,00	2.023,00	2.300,00	1.400,00	1.200,00	900,00	900,00	724,00	600,00
	Percentil 10	800,00	724,00	800,00	675,00	560,00	600,00	500,00	320,00	135,00
	Percentil 90	10.000,00	7.000,00	4.496,00	4.900,00	4.000,00	3.000,00	2.000,00	1.300,00	800,00
Sudeste	Média	5.791,39	4.336,45	3.356,01	3.075,75	2.469,09	2.178,51	1.465,45	1.189,29	843,87
	Mediana	4.000,00	3.000,00	2.700,00	2.000,00	1.800,00	1.500,00	1.200,00	1.000,00	800,00
	Percentil 10	1.000,00	1.000,00	900,00	800,00	850,00	724,00	724,00	724,00	350,00
	Percentil 90	14.000,00	10.000,00	6.000,00	6.800,00	4.500,00	4.000,00	2.500,00	1.900,00	1.300,00
Sul	Média	3.990,90	4.028,61	3.008,55	2.909,12	2.131,12	2.095,25	1.514,39	1.251,64	875,44
	Mediana	3.000,00	2.896,00	2.500,00	2.000,00	1.500,00	1.500,00	1.300,00	1.100,00	800,00
	Percentil 10	1.200,00	1.100,00	900,00	850,00	800,00	724,00	750,00	724,00	350,00
	Percentil 90	7.900,00	9.000,00	5.500,00	6.000,00	4.000,00	4.000,00	2.500,00	2.000,00	1.400,00
Centro-Oeste	Média	4.615,86	5.475,43	4.149,43	3.398,20	2.057,07	2.373,17	1.481,12	1.197,21	860,89
	Mediana	3.000,00	4.000,00	3.200,00	2.400,00	1.448,00	1.500,00	1.200,00	1.000,00	754,00
	Percentil 10	1.200,00	1.300,00	1.150,00	860,00	724,00	724,00	724,00	724,00	363,00
	Percentil 90	10.000,00	12.000,00	8.000,00	7.000,00	4.000,00	5.000,00	2.500,00	2.000,00	1.400,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

No extremo superior da classificação de categorias, a categoria A tem uma mediana no Sudeste que é 37,9% superior à do Nordeste e, na categoria B, a diferença é de 48,3%. No percentil 10 nessas duas categorias, as diferenças são, respectivamente, de 25% e 13,8%. Ou seja, as diferenças regionais de salários para uma mesma categoria de assalariado são maiores exatamente nas menores remunerações das categorias piores remuneradas.

Este resultado está relacionado com o pequeno grau de formalização dos contratos de trabalho das categorias pior remuneradas (Tabela 18). Por exemplo, na categoria I do Nordeste, somente 33,5% dos assalariados tem contrato de trabalho formalizado segundo as leis do país, enquanto essa proporção é de 54,7% no Sudeste. Na categoria H, o grau de formalização dos contratos de trabalho varia de 66,4% no Nordeste para 86,5% no Sul e, na categoria G, 74% no Nordeste e 88,1% no Sudeste. No outro extremo, o grau de formalidade dos contratos de trabalho varia de 86,9% na categoria A do Norte para 95,3% na categoria A do Sudeste.

Tabela 18: Formalidade por Região e Categoria (terceiro trimestre de 2014)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Norte	Formal	86,9	68,1	97,8	69,7	88,2	66,3	74,5	66,6	37,1
	Não formal	13,1	31,9	2,2	30,3	11,8	33,7	25,5	33,4	62,9
Nordeste	Formal	90,1	67,7	94,6	74,0	84,0	67,7	74,0	66,4	33,5
	Não formal	9,9	32,3	5,4	26,0	16,0	32,3	26,0	33,6	66,5
Sudeste	Formal	95,3	86,6	97,0	86,1	91,6	81,7	88,1	84,1	54,7
	Não formal	4,7	13,4	3,0	13,9	8,4	18,3	11,9	15,9	45,3
Sul	Formal	93,5	85,9	97,3	86,6	91,0	80,0	88,1	86,5	54,0
	Não formal	6,5	14,1	2,7	13,4	9,0	20,0	11,9	13,5	46,0
Centro-oeste	Formal	94,9	81,6	97,8	82,1	78,2	74,6	81,7	78,8	54,9
	Não formal	5,1	18,4	2,2	17,9	21,8	25,4	18,3	21,2	45,1
Total	Formal	94,1	81,1	96,7	81,7	89,6	76,3	84,2	79,1	47,3
	Não formal	5,9	18,9	3,3	18,3	10,4	23,7	15,8	20,9	52,7

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Apesar dos baixos salários das categorias pior remuneradas do Nordeste, o percentil 10 de todos os assalariados é maior do que o percentil 10 dos não assalariados nesta região (Tabelas 14 e 15). Ou seja, a região que se caracteriza por ter pouca atividade econômica comparativamente a sua participação na população do país, tem salários inferiores muito baixos, refletindo a situação do seu mercado de trabalho, mas a situação é ainda pior no que diz respeito à renda dos que ficam fora do mercado de trabalho. O mercado de trabalho não absorve plenamente a população e a população que tem que sobreviver fora do mercado de trabalho tem pouca oportunidade para implementar estratégias de sobrevivência.

Essa situação se repete no Norte, onde a frequência de ocupações não assalariadas ajuda a ter alta participação na atividade econômica e baixo desemprego, mas com um percentil 10 dos não assalariados extremamente baixo, embora não tão baixo quanto no Nordeste. Já nas outras regiões, o percentil 10 dos salários é maior do que o percentil 10 da renda dos não assalariados, mas a mediana, a média e o percentil 90 da renda dos não assalariados é superior as dos assalariados. Isto reflete as consequências da maior atividade econômica sobre o mercado de trabalho e as oportunidades de negócios. As regiões com mais atividade econômica em relação à população têm maior mercado de trabalho e mais oportunidades para realizar negócios por conta própria. Nessas regiões, relativamente menos pessoas são expulsas do mercado de trabalho e elas têm mais oportunidades para realizar estratégias de sobrevivência.

5. Breve descrição do Mercado de trabalho na Recessão

O PIB brasileiro diminuiu 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. Assim, o PIB de 2016 foi 7,2% menor do que o PIB de 2014. Medindo a população ocupada no terceiro trimestre de cada ano, o número de pessoas ocupadas diminuiu 2,6% entre 2014 e 2016 (Tabela 19).

Tabela 19: Mercado de Trabalho em 2014 e 2016

	T3 2014	T3 2016
PIA	162446320	166499153
PEA	98973879	101856796
Ocupados	92269100	89834610
Desempregados	6704779	12022186
Taxa de Participação	60,9	61,2
Taxa de Desemprego	6,8	11,8
Taxa de Ocupação	56,8	54,0
Ocupados (em %)		
Assalariados	69,8	68,8
Não Assalariados	30,2	31,2

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Uma queda do PIB de 7,2% em dois anos equivale a uma diminuição média anual de 3,7%, ao passo que uma diminuição de 2,6% do número de pessoas

ocupadas em dois anos equivale a uma queda anual de 1,3%. Comparando a intensidade da queda anual da ocupação com a intensidade da queda anual do PIB, obtém-se que o ritmo de diminuição da ocupação foi pouco mais de 1/3 da intensidade da diminuição do PIB, indicando que a queda do número de pessoas ocupadas foi relativamente pequena comparativamente à diminuição do ritmo da atividade econômica.

Não obstante, a PEA cresceu 2,9% entre 2014 e 2016, indicando um ritmo anual de 1,4%. O ritmo de aumento da PEA foi relativamente intenso porque a taxa de participação de 2016 (61,2%) foi maior do que a de 2014 (60,9%), indicando que a PEA cresceu mais do que a PIA no período, invertendo o que vinha ocorrendo ao longo dos anos 2000. Esse aumento de taxa de participação apenas reforçou o crescimento da PEA. O crescimento da PEA teria sido de 1,2% ao ano se a taxa de participação de 2016 fosse a mesma do que a de 2014. Aumentos tão intensos da PEA fizeram com que uma diminuição relativamente pequena do número de pessoas ocupadas fosse acompanhada de um aumento explosivo do número de desempregados. O número de desempregados aumentou de 6,7 milhões para 12,0 milhões de pessoas, mostrando um crescimento de 79,3%. A taxa de desemprego, então, aumentou de 6,8% para 11,8%, voltando ao patamar existente antes das melhoras nos indicadores do mercado de trabalho que ocorreram no Brasil desde 2004. Ou seja, uma intensa queda da atividade econômica em dois anos consecutivos (o que não ocorria no país desde a década de 1930), fez a taxa de desemprego retroceder o avanço ocorrido em toda uma década (entre 2004 e 2014).

Toda a queda nas oportunidades para ocupar a população ativa ocorreu no emprego assalariado, que, em 2016, foi 4% menor do que em 2014. Entre esses dois anos, as ocupações não assalariadas não diminuíram. Pelo contrário, a de 2016 foi 0,6% maior do que a de 2014, apesar da forte queda no número de pessoas que trabalham sem remuneração auxiliando o negócio por conta própria de outro membro da família. Não obstante, a participação dos assalariados no total de oportunidades ocupacionais teve ligeira redução de 69,8% para 68,8%.

A diminuição do número de pessoas ocupadas entre 2014 e 2016 foi acompanhada de redução nas diferenças de renda entre os ocupados. O coeficiente

de variação caiu de 1,52 para 1,40 (Tabela 20). A renda média das pessoas ocupadas com remuneração aumentou, em termos nominais, 17,1%, mas a inflação nos dois anos foi de 19,2% (9,2% ao ano de acordo com a publicação oficial da PNAD contínua do IBGE). Portanto, houve uma diminuição de 1% no poder de compra da renda média das pessoas ocupadas com remuneração entre 2014 e 2016. O desvio padrão dessas remunerações diminuiu em termos reais 9,5% no mesmo período. Portanto, as diferenças de renda entre as pessoas ocupadas em relação ao nível médio dessas rendas diminuíram significativamente com a queda no número de pessoas ocupadas e da renda média dessas pessoas entre 2014 e 2016.

Tabela 20: Rendimento Mensal do Trabalho Principal (valores nominais)

	Total		Assalariados		Não Assalariados	
	T3 2014	T3 2016	T3 2014	T3 2016	T3 2014	T3 2016
Média	1.677,10	1.963,59	1.615,43	1.929,51	1.836,59	2.044,74
Desvio Padrão	2.556,14	2.758,56	2.287,34	2.477,16	3.140,97	3.332,98
Coef. Variação	1,52	1,40	1,42	1,28	1,71	1,63

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

A renda média dos não assalariados com remuneração é maior do que o salário médio, mas diminuiu, em termos reais, 6,6% entre 2014 e 2016, enquanto o poder de compra do salário médio não chegou a diminuir, sendo, em 2016, 0,2% maior do que em 2014. O desvio padrão da renda dos não assalariados diminuiu em termos reais 11%, fazendo o coeficiente de variação diminuir de 1,71 para 1,63. Já o desvio padrão dos salários diminuiu 9,2% em termos reais, fazendo o coeficiente de variação cair de 1,42 para 1,28. Ou seja, a diminuição em termos reais dos desvios padrões dos salários e renda dos não assalariados foi proporcionalmente semelhante, mas com diminuição da renda média do não assalariado e sem queda do poder de compra do salário médio. Assim, o aumento das oportunidades de ocupação não assalariada foi acompanhado de queda do nível e das diferenças de renda entre os não assalariados, enquanto a redução do emprego assalariado ocorreu sem diminuição de nível, mas com queda nas

diferenças de salários, queda esta que, relativamente à média, foi maior no caso dos salários do que no da renda dos não assalariados.

Deste modo, uma das principais manifestações da recessão de 2015 e 2016 no mercado de trabalho foi reduzir o emprego assalariado, mantendo o nível médio dos salários e diminuindo significativamente as diferenças salariais. A classificação de ocupações assalariadas adotada neste trabalho permite detalhar esses movimentos que ocorreram com os salários na recessão. A categoria A aumentou sua participação no total de emprego assalariado, diminuindo 7,6% o salário médio em termos reais. O desvio padrão chegou a diminuir em termos nominais, provocando uma diminuição do coeficiente de variação de 1,26 para 0,88 (Tabela 21). O aumento de emprego da categoria A observado na recessão foi de empregos com remuneração de nível intermediário para essa categoria.

Tabela 21: Rendimento Mensal Médio Habitual (valores nominais)

	Proporção de Pessoas		Média		Desvio Padrão		Coef. Variação	
	T3 2014	T3 2016	T3 2014	T3 2016	T3 2014	T3 2016	T3 2014	T3 2016
A	2,6	2,8	5.249,96	5.785,94	6.617,94	5.120,21	1,26	0,88
B	4,3	3,6	4.155,34	5.623,15	4.217,14	5.723,80	1,01	1,02
C	1,9	2,1	3.228,71	3.977,23	3.400,62	3.505,76	1,05	0,88
D	9,3	10,6	2.819,24	3.404,52	3.179,28	3.554,37	1,13	1,04
E	2,3	1,6	2.296,98	2.627,36	2.096,11	2.060,53	0,91	0,78
F	6,4	6,3	1.999,88	2.368,60	2.655,39	2.466,36	1,33	1,04
G	21,3	20,8	1.408,58	1.657,76	1.117,18	1.237,32	0,79	0,75
H	29,6	29,5	1.113,57	1.309,28	906,73	809,54	0,81	0,62
I	22,3	22,8	754,86	887,02	512,66	529,67	0,68	0,60
Total	100,0	100,0	1.615,43	1.929,41	2.287,34	2.477,02	1,42	1,28

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Na categoria B houve redução de participação no total de assalariados, fazendo com que a remuneração média aumentasse, em termos reais, 13,3%, mantendo o coeficiente de variação. Houve forte redução de emprego dessa categoria que afetou principalmente as baixas remunerações.

A categoria C aumentou de participação no emprego assalariado de 1,9 para 2,1. O intenso aumento de emprego nessa categoria foi acompanhado de um

aumento do poder de compra dos salários, em termos reais, de 3,3%. O desvio padrão aumentou menos do que a média, de tal modo que o coeficiente de variação caiu de 1,05 para 0,88, relativamente menos do que o ocorrido na categoria A, onde o crescimento do emprego foi acompanhado de redução do salário médio real.

A categoria D também aumentou de participação, com aumento de salário médio bem menor do que na categoria C e redução do coeficiente de variação relativamente menor.

As categorias E, F, G e H diminuem de participação no emprego assalariado e têm queda de poder de compra dos salários. Nas quatro categorias cai o coeficiente de variação.

Finalmente, na categoria I, a participação aumentou, mas houve queda de emprego de 1,9%. O poder de compra dos salários também diminuiu (1,4%), indicando que a queda do emprego afetou principalmente as baixas remunerações. O coeficiente de variação diminuiu de 0,68 para 0,60.

Na redução da dispersão dos salários na recessão, pesou o fato de categorias de salários relativamente altos terem ampliado o emprego, reduzindo a dispersão salarial interna da categoria, e de categorias que tiveram queda de emprego terem nível salarial mais baixo e também apresentarem diminuição da dispersão interna e queda de nível médio expressivo, indicando que a eliminação de empregos afetou principalmente as maiores remunerações dessas categorias. As mudanças na composição do emprego assalariado por categoria e nos níveis médios de salários e a dispersão dos salários dentro das categorias, proporcionam elementos para aprofundar o estudo das razões pelas quais, na recessão, houve uma expressiva queda do emprego assalariado, sem queda do nível médio dos salários reais e com expressiva redução das diferenças de salários entre os empregados assalariados. Em todo caso, se houver uma retomada da atividade da economia brasileira, será necessário distinguir os efeitos dessa retomada sobre a distribuição de renda das pessoas ocupadas com relação aos eventuais efeitos da reforma trabalhista, para avaliar corretamente o impacto da reforma sobre a desigualdade socioeconômica dos trabalhadores brasileiros.

6. Considerações finais

Os assalariados englobam uma diversidade alta de tipos de ocupação localizados em diferentes atividades da economia e os dados confirmam que esta heterogeneidade se manifesta nas diferenças de rendas dos assalariados. Entretanto, as diferenças de renda são ainda mais elevadas para o caso dos não assalariados e essa diversidade tem sido reforçada pela crescente frequência de empregos encobertos com o intuito de pagar menos impostos e contribuições sociais, fato que ocorre principalmente nas ocupações de renda relativamente alta.

O exame dos efeitos da reforma trabalhista sobre a desigualdade socioeconômica dos assalariados tem que levar em conta a alta assimetria e dispersão que caracteriza a distribuição de salários no país, com uma alta proporção de assalariados com remuneração menor do que a média e poucos com remuneração maior do que a média. Além disso, as diferenças de remuneração acima da mediana são muito maiores do que abaixo da mediana, principalmente entre assalariados com ocupação mais qualificada e empregados em atividades melhor estruturadas empresarialmente.

É preciso considerar, também, que mais da metade dos assalariados brasileiros tem ocupação de qualificação profissional relativamente baixa e muitos deles se empregam em atividades de estruturação empresarial relativamente baixa. Essas categorias de assalariados também apresentam uma menor formalização do contrato de trabalho. Por outro lado, menos de 10% dos assalariados brasileiros tem ocupação qualificada em atividade empresarialmente bem estruturada e essas categorias com melhor qualificação profissional da ocupação e estruturação empresarial da atividade apresentam também uma maior formalização do contrato de trabalho.

O exame dos efeitos da reforma trabalhista deve levar em conta a diversidade regional do país. O Nordeste e o Norte têm situação de mercado de trabalho mais problemática, enquanto no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul, a situação é superior, porém diversa, em termos de mercado de trabalho. O Nordeste é a região com maior desigualdade de renda das pessoas ocupadas. O Sudeste tem uma desigualdade semelhante à do conjunto do país e as outras regiões têm dispersão

relativa de renda das pessoas ocupadas menor, principalmente no Sul do país, em que se destaca uma agroindústria moderna, porém organizada com base na produção familiar.

No Nordeste, é relativamente elevada a participação da categoria I no total de assalariados. Essa categoria representa as piores remunerações, qualificação do trabalho e organização empresarial. A contrapartida da alta participação da categoria I no Nordeste é mais devido às baixas participações da outra categoria inferior e da categoria intermediária do que a das categorias superiores, embora as participações no total de assalariados das categorias superiores sejam um pouco maiores nas regiões de maior salário. O Nordeste, que se caracteriza por ter pouca atividade econômica comparativamente a sua participação na população do país, tem salários inferiores muito baixos, refletindo a situação do seu mercado de trabalho, mas a situação é ainda pior no que diz respeito à renda dos que ficam fora do mercado de trabalho. O mercado de trabalho não absorve plenamente a população e a população que tem que sobreviver fora do mercado de trabalho tem pouca oportunidade para implementar estratégias de sobrevivência. Essa situação se repete no Norte, onde a frequência de ocupações não assalariadas contribui para sua alta participação na atividade econômica e baixo desemprego, mas com a parcela de menor remuneração dos não assalariados com renda extremamente baixa, embora não tão baixa quanto no Nordeste. Já nas outras regiões, os de menor remuneração assalariada têm salários maiores do que os não assalariados, mas, de um modo geral, a renda dos não assalariados é superior à dos assalariados dessas regiões. Isto reflete as consequências da maior atividade econômica sobre o mercado de trabalho e sobre as oportunidades de negócios por conta-própria.

A recessão de 2015 e 2016 reduziu a dispersão dos salários. Algumas das categorias de salários relativamente altos aumentaram o emprego, em especial nos salários próximos à média dessas categorias. A queda do emprego assalariado concentrou-se nas categorias inferiores e afetaram principalmente as maiores remunerações dessas categorias. Isso significa que a pequena melhora na distribuição dos salários ocorreu por aumento de assalariados com salários mais baixos. Esse fenômeno foi diferente do ocorrido pós 2004, quando a retomada da

atividade econômica foi acompanhada por melhora nos indicadores do mercado de trabalho e aumento da remuneração dos salários mais baixos. Nesse sentido, podemos afirmar que as leis trabalhistas não impediram uma maior atividade econômica no período de maior crescimento, e, ao contrário, foram importantes para permitir uma maior atividade econômica. Entretanto, apesar dessa melhora, os dados deste estudo ilustram a enorme heterogeneidade de rendimentos verificada na economia brasileira.

As modificações na distribuição dos salários com a queda do nível de emprego na recessão poderiam ser, ao menos parcialmente, revertidas por uma eventual retomada da atividade econômica. Essa possibilidade coloca um problema para o acompanhamento dos impactos da reforma trabalhista sobre a desigualdade socioeconômica dos assalariados. Na eventualidade de uma retomada de atividade da economia afetar a distribuição dos salários, será preciso separar esses efeitos do impacto da reforma trabalhista sobre as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores. A análise desse efeito é importante porque um dos principais papéis das leis trabalhistas é contribuir para evitar que a desigualdade fundamental entre patrões e empregados se reflita em diferenças muito grandes entre os trabalhadores.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P.E.A. e LEONE, E.T. (2015) “Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social”. *Estudos Avançados*, vol. 29 (85), pp. 53-67.
- BALTAR, P.E.A, SOUEN, J.A. e CAMPOS, G.C.S (2017) “Emprego e Distribuição da Renda”, *Texto para Discussão 298*, Instituto de Economia, Unicamp.

Anexos

Tabela I: Número de pessoas entre 25 e 54 anos de acordo com o grupo ocupacional e o setor de atividade (em milhares de pessoas para terceiro trimestre de 2014)

		Grupo Ocupacional											Total
		Dirigentes e gerentes	Prof. das ciências e artes	Técnicos de nível médio	Trab. de apoio administrativo	Trabalhadores dos serviços	Trab.Qualif.da agricultura	Trab. Qualif. operarios	Operadores de instalações e maq.	Ocup. elementares	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocup. mal definidas ou não declaradas	
Setor de Atividade	Agrícola	60,64	17,75	35,61	25,00	44,89	652,50	52,06	249,95	1.155,53	-	0,64	2.294,58
	Indústria	372,16	442,65	997,08	645,44	280,36	-	2.356,16	1.826,73	761,40	-	7,10	7.689,07
	Construção	31,86	57,71	233,15	90,47	37,35	-	1.206,73	187,55	742,18	-	1,38	2.588,37
	Comércio e reparação	538,33	177,00	377,58	686,92	3.025,94	-	938,11	536,87	756,75	-	1,74	7.039,23
	Transporte, arm. e correio.	79,30	54,89	94,93	305,75	205,80	-	59,05	1.028,71	184,85	-	2,55	2.015,84
	Alojamento e alimentação	100,69	17,09	65,58	100,98	885,62	1,27	68,97	35,65	448,96	-	-	1.724,81
	Serv. prestados a empresas	483,91	881,62	881,74	1.327,02	1.185,22	13,92	233,00	169,92	895,76	-	42,53	6.114,63
	Administração pública	261,17	918,65	797,35	663,43	519,44	-	55,82	205,76	401,14	575,01	66,83	4.464,59
	Educação, saúde e serv. sociais	186,76	3.228,71	902,78	765,16	870,76	3,74	14,12	48,32	530,34	-	36,91	6.587,60
	Outros Serviços	62,96	148,77	213,60	190,77	370,92	-	63,91	55,41	153,20	-	2,23	1.261,77
	Serviços domésticos	-	-	-	-	546,27	-	-	35,46	3.948,18	-	-	4.529,91
	Atividades al definidas	0,41	-	0,51	1,78	-	-	-	0,42	1,56	-	1,00	5,68
	Total	2.178,19	5.944,83	4.599,92	4.802,70	7.972,58	671,43	5.047,94	4.380,75	9.979,85	575,01	162,89	46.316,08

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Tabela II: Rendimento Mensal Habitual do Trabalho Principal para pessoas entre 25 e 54 anos de acordo com o grupo ocupacional e o setor de atividade (valor em R\$ para terceiro trimestre de 2014)

		Grupo Ocupacional											Total
		Dirigentes e gerentes	Prof. das ciências e artes	Técnicos de nível médio	Trab. de apoio administrativo	Trabalhadores dos serviços	Trab. Qualif. da agricultura	Trab. Qualif. operarios	Operadores de instalações e maq.	Ocup. elementares	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocup. mal definidas ou não declaradas	
Setor de Atividade	Agrícola	2.858,76	2.961,81	2.150,39	1.262,05	994,91	926,26	1.116,38	1.374,90	680,31	-	724,00	946,59
	Indústria	4.940,32	5.075,88	2.427,17	1.503,44	1.465,02	-	1.439,11	1.332,23	986,02	-	1.799,43	1.882,49
	Construção	4.181,25	6.890,88	2.075,67	1.453,90	1.679,60	-	1.398,29	1.517,48	845,15	-	1.086,28	1.471,89
	Comércio e reparação	2.792,04	3.346,30	1.758,56	1.234,80	1.177,99	-	1.259,67	1.359,56	868,59	-	1.006,31	1.384,09
	Transporte, arm. e correio.	3.889,45	4.855,72	3.095,52	1.575,38	1.320,38	-	1.875,60	1.618,46	993,03	-	3.476,32	1.781,07
	Alojamento e alimentação	1.972,42	2.780,71	2.190,14	1.097,95	1.052,66	942,58	1.074,03	1.001,94	852,46	-	-	1.116,99
	Serv. prestados a empresas	5.346,17	4.222,67	2.271,75	1.518,61	1.259,56	1.090,12	1.464,95	1.480,09	910,12	-	2.187,79	2.181,21
	Administração pública	3.974,44	4.094,58	2.878,24	2.062,97	1.957,65	-	1.489,92	1.486,03	859,44	3.646,74	2.954,52	2.801,52
	Educação, saúde e serv. sociais	3.489,35	2.728,11	1.552,13	1.307,88	1.037,63	1.146,91	1.542,81	1.691,60	887,74	-	1.502,87	2.034,21
	Outros Serviços	2.623,54	2.196,55	2.577,96	1.227,72	1.121,21	-	1.264,72	1.235,58	826,78	-	675,88	1.561,01
	Serviços domésticos	-	-	-	-	777,89	-	-	1.381,78	690,90	-	-	706,80
	Atividades al definidas	3.239,30	-	1.300,00	838,36	-	-	-	1.124,00	792,21	-	2.481,80	1.349,81
Total	3.947,53	3.401,85	2.246,55	1.498,01	1.196,71	930,93	1.392,64	1.426,55	789,05	3.646,74	2.306,69	1.730,38	

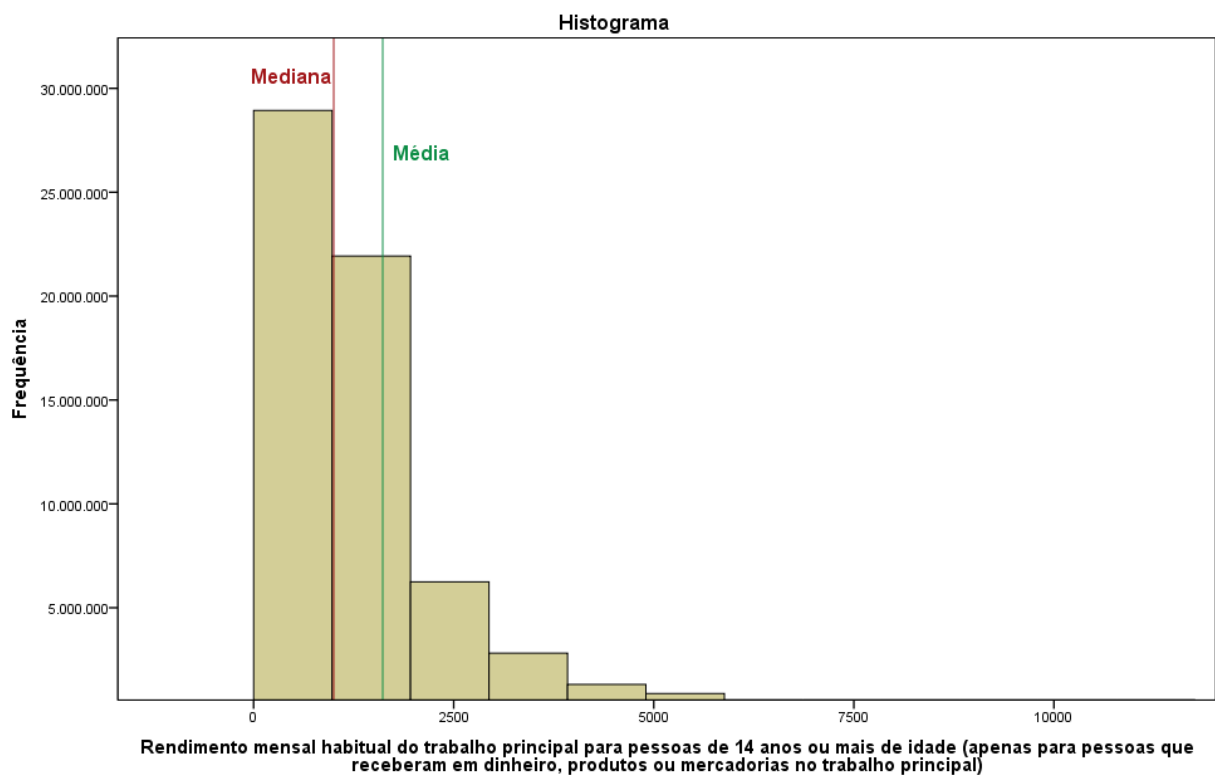
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Apêndice

Conceitos estatísticos utilizados para a análise

A análise exposta no texto parte de alguns conceitos estatísticos que resumem as características da distribuição de renda e que podem ser captadas num gráfico de frequências de níveis de renda (histograma), conforme a Figura 1.

Figura 1: Exemplo de Distribuição do Rendimento Mensal Habitual do Trabalho Principal



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD contínua.

Alguns conceitos básicos são:

- Média: rendimento por indivíduo caso a distribuição da renda fosse perfeita e todos recebessem o mesmo valor;
- Mediana: rendimento do indivíduo que divide a amostra exatamente na metade (equivale ao percentil 50);

- Desvio padrão: medida de dispersão em torno da média;
- Percentil 10: valor que divide os 10% com menor renda dos demais;
- Percentil 90: valor que divide os 10% com maior renda dos demais.

A partir destes conceitos, são derivados alguns conceitos adicionais:

- Média/Mediana: indica a assimetria da distribuição:
 - Se maior que um: mais de 50% dos indivíduos recebem um valor menor do que a média, indicando que os rendimentos altos estão relativamente mais distantes da média do que os rendimentos baixos;
- Coeficiente de Variação: relação entre desvio padrão e média, indicando a dispersão dos dados:
 - Quanto maior o coeficiente de variação, maior a dispersão dos dados em relação à média.